DOCUMENTOS Nº 323

ISSN 2674-9521 (*On-line*)
Novembro/2020

Evolução recente das agroindústrias familiares em Santa Catarina:

Análise a partir dos levantamentos realizados pela Epagri em 2010 e 2017

Epagri
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

GOVERNO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Governadora do Estado
Daniela Cristina Reinehr

Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural
Ricardo de Gouvêa

Presidente da Epagri
Edilene Steinwandter

Diretores

Célio Haverroth
Desenvolvimento Institucional

Giovani Canola Teixeira
Administração e Finanças

Humberto Bicca Neto
Extensão Rural e Pesqueira

Vagner Miranda Portes
Ciência, Tecnologia e Inovação

Epagri
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

ISSN 2674-9521 (*On-line*)
Novembro/2020

DOCUMENTOS Nº 323

Evolução recente das agroindústrias familiares em Santa Catarina: Análise a partir dos levantamentos realizados pela Epagri em 2010 e 2017

Florianópolis
2020

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
Rodovia Admar Gonzaga, 1.347, Itacorubi, Caixa Postal 502
CEP 88034-901, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
Fone: (48) 3665-5000, fax: (48) 3665-5010
Site: www.epagri.sc.gov.br

Editado pelo Departamento de Marketing e Comunicação (DEMC)

Revisores ad hoc: Clóvis Dorigon, Glaucia de Almeida Padrão e Léo Teobaldo Kroth
Editoração técnica: Márcia Cunha Varaschin
Revisão textual: Laertes Rebelo
Diagramação: Victor Berretta
Primeira edição: Novembro de 2020
Divulgação: *On-line*

É permitida a reprodução parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica

Evolução recente das agroindústrias familiares em Santa Catarina: Análise a partir dos levantamentos realizados pela Epagri em 2010 e 2017. Epagri, 2020. 35p. (Epagri Documentos, 323).

Agroindústria familiar; empreendimentos de agregação de valor; mercado de produtos da agroindústria familiar.

ISSN 2674-9521 (*On-line*)

O

Autores/Organizadores

Dilvan Luiz Ferrari
Engenheiro-agrônomo, Dr.
Epagri/Cepa
Rodovia Admar Gonzaga, 1486
88034-001, Florianópolis, SC
(48) 3665-5092
dilvanferrari@epagri.sc.gov.br

Janice Maria Waintuch Reiter
Economista, M.Sc.
Epagri/Cepa
Rodovia Admar Gonzaga, 1486
88034-001, Florianópolis, SC
(48) 3665-5077
janice@epagri.sc.gov.br

Luiz Carlos Mior
Engenheiro-agrônomo, Dr.
Epagri/Cepa
Rodovia Admar Gonzaga, 1486
88034-001, Florianópolis, SC
(48) 3665-5091
miorlc@epagri.sc.gov.br

Marcia Mondardo
Engenheira-agrônoma, M.Sc.
Epagri/Cepa
Rodovia Admar Gonzaga, 1486
88034-001, Florianópolis, SC
(48) 3665-5085
mmondardo@epagri.sc.gov.br

Tabajara Marcondes
Engenheiro-agrônomo, M.Sc.
Epagri/Cepa
Rodovia Admar Gonzaga, 1486
88034-001, Florianópolis, SC
(48) 3665-5089
tabajara@epagri.sc.gov.br

APRESENTAÇÃO

A transformação de produtos de origem vegetal e animal pelos agricultores familiares tem se apresentado como alternativa econômica, através da agroindustrialização rural de pequena escala em Santa Catarina. Nos últimos anos se verificou o crescimento da importância socioeconômica dessas iniciativas para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural estadual.

Considerando o contexto demarcado pela crescente valorização da agregação de valor por parte dos agricultores familiares e suas organizações, a estratégia, sobretudo da agroindústria familiar, passou a ser apoiada por políticas públicas em muitos municípios no Estado e também no âmbito nacional. Em Santa Catarina, diversas iniciativas foram implementadas, sobretudo a partir da década de 1990, destacando-se o Projeto Microbacias 2 e o Programa Santa Catarina Rural, ambos com financiamento do Banco Mundial.

A partir destes projetos do governo estadual catarinense, a Epagri realizou dois levantamentos das iniciativas de agregação de valor protagonizadas pelos agricultores familiares, entre elas as agroindústrias familiares, sendo um em 2010 e outro em 2017.

Este documento contempla uma análise da evolução das atividades de agregação de valor, mais especificamente da agroindustrialização, com base nos dois levantamentos realizados. Esta análise enfatiza aspectos de acesso a mercados, formalização, legislação sanitária, políticas públicas, características de mão de obra, entre outros.

Diretoria Executiva

SUMÁRIO

Introdução 9

1 Metodologia 10

2 Grupo 1: Agroindústrias familiares existentes em 2009 e que permaneciam ativas em 2016.....12
2.1 Situação jurídica 13
2.2 Uso de marcas e rótulos.....13
2.3 Mão de obra 14
2.4 Controles administrativos 15
2.5 Legislação sanitária.....15
2.6 Valor bruto comercializado 17
2.7 Tipo de clientes.....18

3 Grupo 2: Agroindústrias familiares existentes em 2009 e que finalizaram suas atividades antes de 2017.....20
3.1 Situação jurídica 21
3.2 Uso de marcas e rótulos.....21
3.3 Controles administrativos 21
3.4 Cadeia de produtos e legislação sanitária.....22
3.5 Tipo de clientes.....24

4 Grupo 3: Agroindústrias familiares novas que foram pesquisadas no levantamento realizado em 2017 26
4.1 Situação jurídica 26
4.2 Cadeias produtivas e legalização sanitária.....27
4.3 Perfil dos proprietários 29
4.4 Controles administrativos 30
4.5 Mão de obra 30
4.6 Recursos financeiros 31

5 Conclusões e considerações finais.....33

Referências.....35

Introdução

Os agricultores familiares de Santa Catarina tradicionalmente buscam alternativas econômicas por meio da agregação de valor aos seus produtos e serviços. Destas, a agroindustrialização rural de pequena escala vem ganhando importância para parcela crescente de agricultores e para o desenvolvimento rural.

Com a crescente valorização da agregação de valor por parte dos agricultores familiares e suas organizações, a estratégia, sobretudo da agroindústria familiar, passou a ser apoiada por políticas públicas municipais, estaduais e, também, no âmbito nacional. Em Santa Catarina, diversas iniciativas tiveram lugar, sobretudo desde a década de 1990, destacando-se os Projetos Microbacias 2 e o Programa Santa Catarina Rural com financiamento do Banco Mundial.

Foi a partir destes projetos do governo estadual catarinense que a Epagri realizou dois levantamentos das iniciativas de agregação de valor protagonizadas pelos agricultores familiares catarinenses, sendo um em 2010 e outro em 2017. Nestes dois levantamentos foram pesquisadas as agroindústrias familiares, as atividades de turismo rural e de artesanato e as redes de cooperação (condomínios, associações e cooperativas). Os resultados destas pesquisas foram publicados pela Epagri em 2012 (MARCONDES et al, 2012) e 2019 (REITER et al. 2019) e geraram, ainda, diversas publicações, como artigos em congressos e capítulos de livros, assim como a realização de palestras nos mais diferentes fóruns.

Contudo, não foram apresentadas, na forma de publicação, análises que permitissem visualizar a possível evolução da estratégia de agregação de valor na agricultura familiar em Santa Catarina. Visando suprir esta lacuna, o presente trabalho tem o intuito de analisar especificamente a evolução da agroindústria familiar, tendo como parâmetros os levantamentos e as pesquisas realizadas nos anos de 2010 e 2017.

Além desta introdução, o trabalho está composto das seguintes partes: 2) Metodologia; 3) Análise das agroindústrias que foram pesquisadas em 2010 e que permaneceram ativas em 2016; 4) Análises relativas ao segundo grupo de empreendimentos ativos em 2009 e que encerraram suas atividades entre 2010 e 2016, e 5) Análise relativa ao terceiro grupo constituído de agroindústrias que iniciaram suas atividades após o ano de 2009 e estavam ativas em 2016. Finalmente, na parte 6, apresentam-se as conclusões e considerações finais.

1 Metodologia

Buscando conhecer um pouco mais da realidade do processo de agroindustrialização, a Epagri realizou, em 2010, um levantamento das informações socioeconômicas dos empreendimentos de agregação de valor dos agricultores familiares do estado de Santa Catarina. A pesquisa foi realizada com empreendimentos agroindustriais de agricultores familiares enquadrados em critérios predefinidos, tendo como referência o ano de 2009. As informações obtidas estavam relacionadas à caracterização do empreendimento, seus proprietários e associados, natureza jurídica, estrutura física, produtos processados, legalização, produção, serviços prestados, comercialização, gestão, mão de obra, recursos aplicados, relações com outras instituições e aspectos ambientais.

A pesquisa de campo foi coordenada pela Epagri/Cepa (Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola), em parceria com o programa Gestão de Negócios e Mercado, com participação de equipes de âmbito estadual, regional e municipal. A aplicação dos questionários ocorreu no segundo semestre de 2010, em três tipos de empreendimentos: a) empreendimentos que processam produtos agropecuários (agroindústrias); b) empreendimentos voltados a outras atividades de agregação de valor (turismo rural, artesanato, prestação de serviços e vestuário), e c) redes de cooperação (cooperativas, associações e condomínios).

Embora a pretensão fosse levantar informações sobre a totalidade de empreendimentos de posse (ou sob o controle) dos agricultores familiares, pescadores artesanais e maricultores, não é possível garantir que isso tenha ocorrido e, portanto, a pesquisa não pode ser considerada um censo. Além disso, esclarece-se que houve a definição de levantar apenas aquelas iniciativas que preenchessem os seguintes critérios: (a) que sistematicamente destinassem sua produção ao mercado; (b) que gerassem (ou pudessem vir a gerar) renda relativamente significativa para o(s) empreendedor(es); (c) que dispusessem de uma estrutura com espaço físico específico; (d) que fossem legalizadas ou passíveis de legalização; (e) que não se caracterizassem apenas pela venda do excedente de consumo.

A partir das informações resultantes deste levantamento, foi possível aprofundar o conhecimento acerca da importância socioeconômica da agroindústria para milhares de famílias rurais catarinenses, de maneira particular em algumas regiões do Estado.

No período posterior a 2009, este tipo de atividade, além de continuar a receber recursos e direcionamento de políticas públicas do governo federal, por meio do Pronaf, também foi o principal alvo do Programa Santa Catarina Rural. Estes apoios possibilitaram importante volume de investimentos, aumentando a competitividade das organizações

de agregação de valor no estado de Santa Catarina. Isso exigiu uma combinação de capacidades técnica, associativa e financeira dos produtores e a existência de um quadro institucional e político favorável que promovesse o aumento da capacidade dos serviços públicos ao setor no Estado.

Passados sete anos da primeira pesquisa, no primeiro semestre de 2017 a Epagri, no intuito de atualizar as informações e analisar a evolução do setor, realizou pesquisa semelhante para os três tipos de empreendimentos: agroindústrias, empreendimentos de turismo e artesanato e redes de cooperação. O período de referência deste segundo levantamento foi o ano de 2016.

Neste documento, restringiu-se a análise ao comportamento evolutivo das agroindústrias familiares, a partir das informações levantadas tanto em 2010 como em 2017. A análise das demais atividades de agregação de valor (turismo e artesanato) e das redes de cooperação (associações e cooperativas) não foi incluída no presente trabalho, podendo ser realizada em outra oportunidade.

Ressalta-se, porém, que, muito embora o objetivo dos dois levantamentos fosse o mesmo, a limitação de recursos fez com que se restringisse o escopo da pesquisa aos empreendimentos cujos produtores tivessem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou fossem passíveis de tê-la, no levantamento de 2017. Além disso, outras restrições em relação à pesquisa de 2010 foram necessárias para o levantamento das agroindústrias. Portanto, na pesquisa de 2017, para alguns tipos de empreendimentos, houve uma delimitação mais restritiva:

- Casa de embalagem (*packing house*): foram pesquisados somente empreendimentos formais com climatizadora;
- Olerícolas: pesquisados somente os empreendimentos de conservas e produtos prontos para consumo (higienizados);
- Mel: foram pesquisados somente entrepostos ou apiários;
- Alambique: somente os estabelecimentos formais ou em processo de formalização.

Esses ajustes metodológicos foram, portanto, levados em consideração na análise comparativa entre as informações dos dois períodos.

Para este trabalho, os empreendimentos foram divididos em 3 grupos de análise, utilizando-se informações dos levantamentos realizados em 2010 e 2017. O primeiro grupo se constitui de 515 empreendimentos que iniciaram as atividades até o final de 2009 e continuaram ativos em 2016; o segundo grupo é formado por 418 empreendimentos ativos em 2009 e que encerraram suas atividades entre 2010 e 2016; e o terceiro grupo compõe-se de 578 empreendimentos que iniciaram suas atividades após 2009 e estavam ativos em 2016.

2 Grupo 1: Agroindústrias familiares existentes em 2009 e que permaneciam ativas em 2016

Este grupo é constituído por 515 empreendimentos que iniciaram as atividades antes de 2010 e permaneciam ativos em 2016. Para estes, compararam-se as informações levantadas nos dois períodos, com o objetivo de observar sua evolução no tempo. As variáveis comparadas foram: valor bruto comercializado por cadeia de produtos e alcance territorial, situação jurídica, uso de marcas e rótulos, vinculação ao serviço de inspeção sanitária (para produtos de origem animal), registro de produtos e vigilância sanitária (para produtos de origem vegetal), tipo de clientes, mão de obra e controles administrativos.

No período analisado, esses empreendimentos, segundo declaração de seus proprietários, tiveram investimentos de R$47.758.327,28, sendo 58,9% de capital próprio e os demais provindos de financiamento ou apoio de políticas públicas, através de recursos federais e estaduais direcionadas a este segmento (Tabela 1).

Tabela 1. Número de estabelecimentos e valor investido nas agroindústrias familiares existentes em 2009 e que permaneciam ativas em 2016

Origem dos recursos	Nº de empreendimentos	Valor investido (R$) (*)	%
Capital próprio	417	28.109.019,93	58,9
Bancos privados	26	1.243.000,00	2,6
SC Rural	109	2.710.133,51	5,7
Pronaf investimento	169	9.996.243,34	20,9
Pronaf outros	58	3.170.030,50	6,6
Fundo de desenvolvimento Rural (FDR)	27	784.500,00	1,6
Não reembolsáveis	5	112.000,00	0,2
BNDES	12	1.425.000,00	3,0
Outro	10	208.400,00	0,4
Total		**47.758.327,28**	**100,0**

(*) valor nominal

Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2009 - 2016

2.1 Situação jurídica

De modo geral, observa-se movimento, muito embora não expressivo, na direção da formalização jurídica dessas agroindústrias no período de 2009 para 2016. A participação de empreendimentos que se declaram como pessoa física, ou seja, sem nenhum tipo de formalização jurídica, diminuiu de 49,9% para 40,8% neste grupo (Figura 1). Este processo de formalização foi ancorado na crescente participação em cooperativas e na utilização da estratégia de microempreendedor individual - MEI e de microempresa. A consolidação de cooperativas descentralizadas possibilitou um aumento de unidades e filiais associadas, criando condições para o funcionamento mais próximo do mercado, do consumidor e em conformidade com a legislação, principalmente contábeis e fiscais. Em 2009, 32,6% dos empreendimentos deste grupo eram filiais/unidades de cooperativas, passando, em 2016, para 38,4%. A participação de empresas (microempresas e MEI) também apresentou aumento no período: passou de 13,6% em 2009 para 18,8% em 2016.

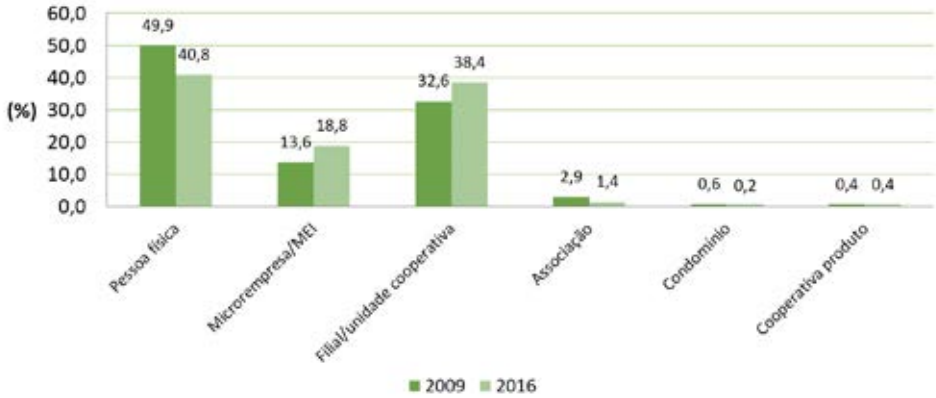

Figura 1. Percentual de agroindústrias familiares existentes em 2009 e que permaneciam ativas em 2016, segundo a situação jurídica (%)
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2009 - 2016

2.2 Uso de marcas e rótulos

Houve crescimento no uso de marcas e rótulos no período analisado. Em 2009, cerca de 75% dos empreendimentos utilizavam rótulos em seus produtos, percentual que alcançou 84,0% em 2016. O uso de marca pelos empreendimentos apresentou um crescimento ainda maior, passando de 31,2% em 2009 para 75,3% em 2016. O uso de

marcas e rótulos em maior proporção é um fator bastante positivo, apontando para uma maior preocupação dos empreendedores com a adequação à legislação (informações de rótulo) e com o marketing de seu negócio.

O uso da marca faz com que os consumidores identifiquem o produto perante os demais. Já o rótulo, além de informar o consumidor sobre ingredientes, características nutricionais, local de fabricação, data de validade, etc., se constitui no primeiro contato do consumidor com o produto, podendo despertar, ou não, a curiosidade e a atenção tanto para o produto como para a marca do empreendimento.

2.3 Mão de obra

As agroindústrias familiares são importantes fontes de geração de trabalho, tanto para os membros das famílias quanto pela contratação de mão de obra externa, em geral, de conhecidos e vizinhos. A predominância de trabalhadores oriundos da própria família continua sendo um aspecto importante deste tipo de empreendimento, permitindo ocupação ao longo do ano, ratificando uma das características marcantes da agricultura familiar no Estado, em que propriedade, trabalho e gestão estão intimamente interligados. Em 2009, a participação da mão de obra familiar no total de trabalhadores pesquisados era de 78%, diminuindo para 76,4% em 2016. Em contrapartida, houve o aumento da participação de trabalhadores contratados no período. Em 2009, essa participação era de 22% e passou para 23,6% em 2016. Embora a evolução tenha sido pequena, este aumento se concentrou majoritariamente nos contratos permanentes, embora os contratos temporários ainda prevaleçam, muito em decorrência da sazonalidade da produção, característica da maioria destas cadeias produtivas (Figura 2).

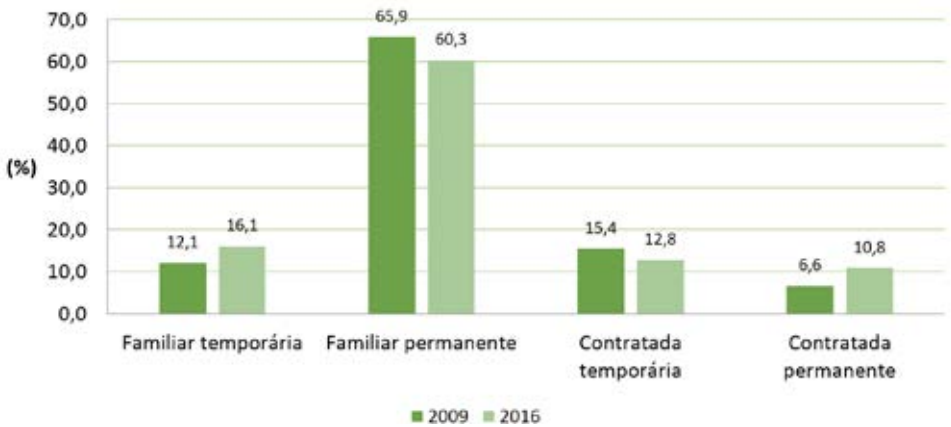

Figura 2. Mão de obra das agroindústrias familiares existentes em 2009 e que permaneciam ativas em 2016 (%)
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2009 - 2016

2.4 Controles administrativos

Percebeu-se um movimento positivo no período, embora pouco expressivo, em relação à gestão das agroindústrias, com pequeno aumento da proporção daquelas com um controle administrativo detalhado. Apesar disto, verificou-se que um percentual expressivo delas ainda não o faziam ou faziam somente de seus principais itens, evidenciando que a gestão deste tipo de empreendimento continua a carecer de uso de métodos de controle e gestão mais efetivos (Figura 3).

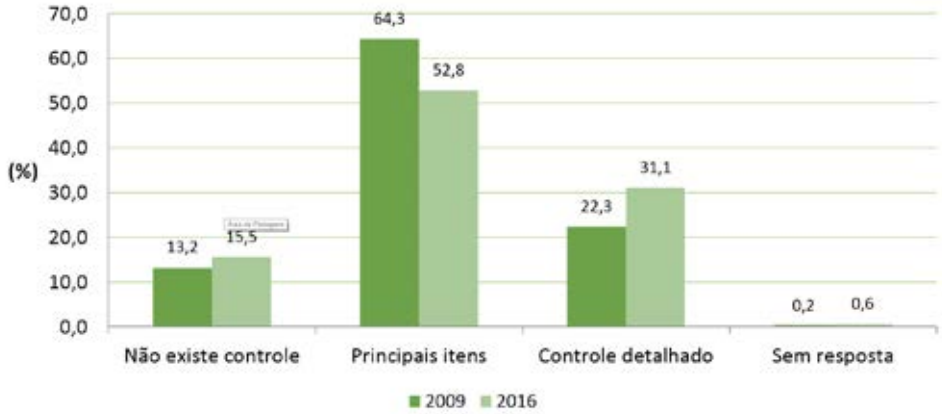

Figura 3. Controles administrativos utilizados pelas agroindústrias familiares existentes em 2009 e que permaneciam ativas em 2016 (%)
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2009 - 2016

2.5 Legislação sanitária

Quanto à utilização dos serviços de inspeção para produtos de origem animal, observou-se uma evolução positiva para este grupo, mas também pouco expressiva, no período. Em 2009, cerca de 18% dos empreendimentos não possuíam este tipo de serviço, passando para cerca de 11% em 2016 (Figura 4).

Para os produtos de origem vegetal, houve um aumento de 15,2% dos empreendimentos em conformidade com a legislação sanitária, embora ainda 23,9% não possuíam esta conformidade (Figura 5).

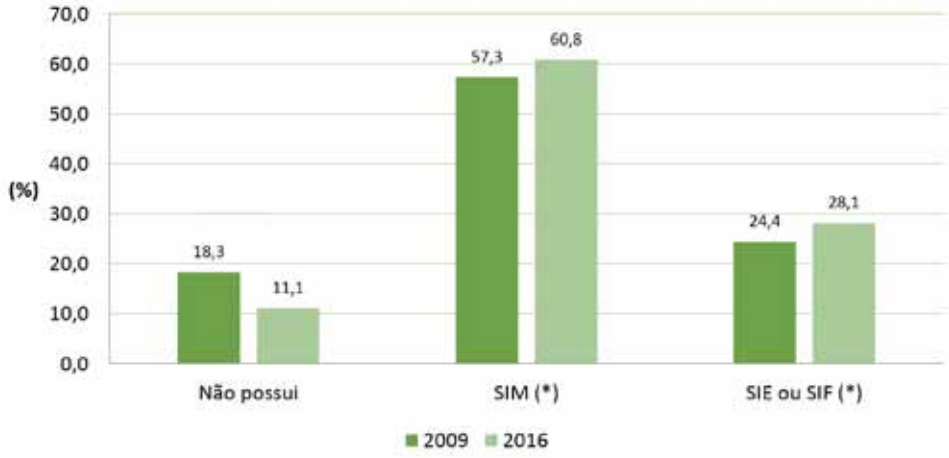

Figura 4. Serviço de inspeção de produtos de origem animal nas agroindústrias familiares existentes em 2009 e que permaneciam ativas em 2016 (%)
(*) SIM – sistema de inspeção municipal, SIE – sistema de inspeção estadual e SIF – sistema de inspeção federal
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2009 - 2016

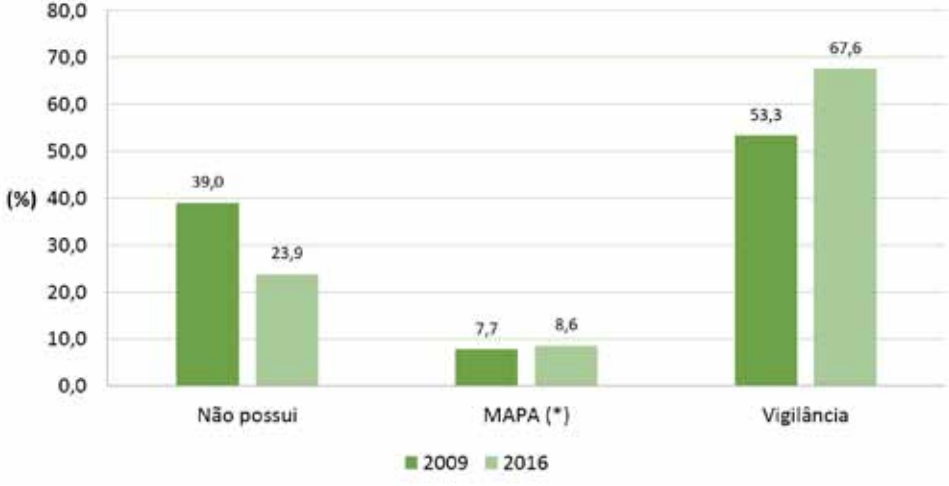

Figura 5. Registro de produtos e vigilância sanitária nas agroindústrias familiares existentes em 2009 e que permaneciam ativas em 2016 (%)
(*) MAPA- Ministério da agricultura, agropecuária e abastecimento
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2009 – 2016

2.6 Valor bruto comercializado

O valor total bruto comercializado das principais cadeias de produtos apresentou um aumento expressivo de 77,6% no período analisado. Todas as cadeias produtivas tiveram aumento, embora com percentuais diferentes. As cadeias de frutas e derivados (geleias, sucos, compotas, etc.) ovos, mel e derivados (cera, própolis, etc.) e cana-de-açúcar e derivados (açúcar mascavo, melado, etc.) foram as que apresentaram maior aumento, enquanto a cadeia do aipim, mandioca e derivados foi a que apresentou menor aumento percentual no valor comercializado (22,3%) (Tabela 2).

Tabela 2. Valor bruto comercializado por cadeia de produtos das agroindústrias familiares existentes em 2009 e que permaneciam ativas em 2016 – R$

Produtos	Valor (R$)	
	2009[1]	2016
Frutas e derivados	6.627.991,85	22.292.777,95
Leite e derivados	11.407.840,48	17.927.285,10
Massas e panificação	8.172.219,26	12.727.692,00
Aipim, mandioca e derivados	7.890.580,41	9.647.438,30
Ovos	4.376.111,11	9.203.769,00
Cana e derivados	4.927.730,64	9.143.296,47
Carnes	5.654.330,94	7.644.935,20
Hortaliças e derivados	3.424.263,05	4.541.236,45
Mel e derivados	709.417,42	1.347.419,78
Total	**53.190.485,16**	**94.475.850,25**

[1] Valores atualizados - dez/2016 IPCA.

Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2009 - 2016

A maior parte do valor comercializado pelas agroindústrias continua ocorrendo através das vendas no município sede do empreendimento e municípios vizinhos. No entanto, em 2016 observou-se um aumento na participação das vendas para outras regiões do Estado e para outros estados da federação (Figura 6).

Figura 6. Territórios de comercialização das agroindústrias familiares existentes em 2009 e que permaneciam ativas em 2016 (%)
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2009 - 2016

2.7 Tipo de clientes

Um aspecto importante sobre o mercado dessas agroindústrias diz respeito à forma de comercialização dos produtos, que apontam para uma estratégia de diversificação de clientes. Constatou-se que as vendas diretamente ao consumidor continuaram sendo um importante mecanismo de comercialização desses empreendimentos. Predominam as relações mercantis diretas com os consumidores, seja no próprio empreendimento, na entrega na casa do consumidor, em feiras livres, como, e em menor escala, em pontos de estrada. Destaca-se que 81% dos empreendimentos vendiam parte de seus produtos diretamente para o consumidor em 2009, passando para 79% em 2016, indicando que, embora este segmento de clientes tenha mostrado um leve declínio, está intrinsecamente associado à natureza da agroindústria familiar, onde se valorizam as relações sociais entre produtores e consumidores.

Observou-se que houve um aumento expressivo no percentual de empreendimentos que comercializam para pequenos mercados, como padarias, armazéns, restaurantes, casas coloniais e eventos. Em 2009 eram cerca de 65%, passando para 88,5% em 2016.

Um segmento que vem crescendo em importância nos últimos anos é a venda para os mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE), que se mostrou uma opção atrativa para grande número de agroindústrias familiares. Com isso, constatou-se uma maior participação de empreendimentos atuando no mercado institucional. De 25% em 2009, a participação passou para 38% dos empreendimentos em 2016 (Figura 7).

Figura 7. Tipo de clientes das agroindústrias familiares existentes em 2009 e que permaneciam ativas em 2016 (%)
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2009 - 2016

A análise do grupo 1 – empreendimentos ativos em 2009 e 2016 – evidencia a busca pela formalização dos empreendimentos, assim como a utilização de controles administrativos, econômicos e contábeis na gestão destes empreendimentos. Foram verificados, também, avanços importantes na direção da utilização crescente de marcas e rótulos nos produtos comercializados para pequeno comércio e mercado institucional e na adequação às legislações sanitárias, embora ainda persistisse pequena parte destes empreendimentos sem essa conformidade.

O valor comercializado total dos principais produtos apresentou um crescimento expressivo no período. Embora este valor continuasse a ser gerado nas vendas dentro do município e regiões circunjacentes, houve aumento das vendas para outras regiões do Estado e para outros estados da federação.

Os resultados descritos apontam que no período de 2009 até 2016 este grupo de agroindústrias teve evolução positiva, em função da busca por uma maior formalização, inserção crescente no mercado formal e institucional, com ampliação do faturamento.

3 Grupo 2: Agroindústrias familiares existentes em 2009 e que finalizaram suas atividades antes de 2017

O segundo grupo se constituiu de 418 empreendimentos ativos em 2009 e que encerraram suas atividades entre os anos de 2010 e 2016.

Para este grupo, procurou-se descrever seu perfil com base nas informações de 2009, buscando nos dados disponíveis, características que possam ter influenciado para o encerramento de suas atividades no período subsequente. Este perfil foi traçado baseando-se nas informações sobre cadeias de produtos, valor bruto comercializado segundo o território das vendas, tempo de existência, situação jurídica, serviço de inspeção de produtos de origem animal e registro e vigilância sanitária de produtos de origem vegetal, tipo de clientes, uso de marcas e rótulos e controles administrativos.

Neste grupo, 57,6% dos empreendimentos tinha menos de 5 anos de existência e 19,4% tinham de 6 a 10 anos em 2009, evidenciando que empreendimentos mais novos tiveram maior dificuldade de se estabelecer e continuar no mercado (Figura 8). Esta dificuldade vem ao encontro dos dados da pesquisa "Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo de 2017", do IBGE, –, que demonstra que cerca de 40% das empresas criadas em 2012 estavam ativas em 2017 e que a tendência é que a taxa de sobrevivência das empresas, principalmente as de menor porte, com nenhum ou poucos empregados, reduza com o passar dos anos (IBGE,2017).

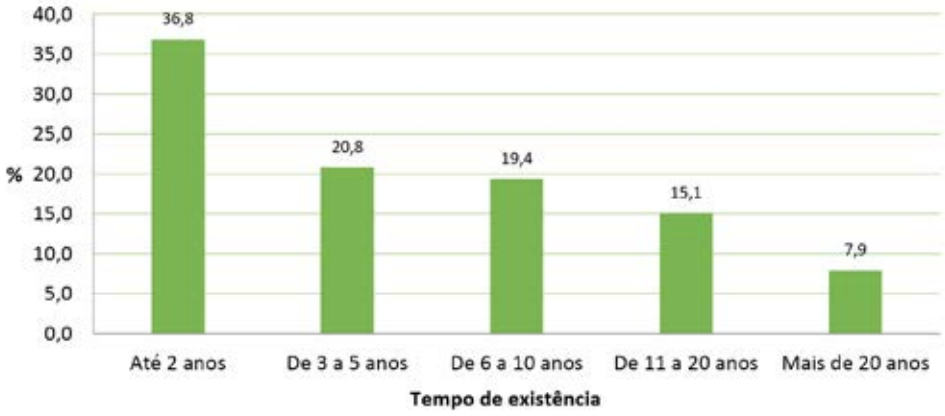

Figura 8. Tempo de existência das agroindústrias familiares que encerraram suas atividades entre 2010 e 2017 – ano de referência 2009 (%)
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2009

3.1 Situação jurídica

Quanto à situação jurídica, verificou-se que 61,2% das agroindústrias não possuíam formalização jurídica, ou seja, se declararam pessoas físicas, 15,8% eram empresas e 14,4% eram unidades de cooperativas descentralizadas, evidenciando que, apesar de a grande maioria das agroindústrias que encerraram suas atividades ser composta por empreendimentos informais, as dificuldades em permanecer na atividade também atingiu empresas e unidades de cooperativas descentralizadas, muito embora em menores proporções (Figura 9).

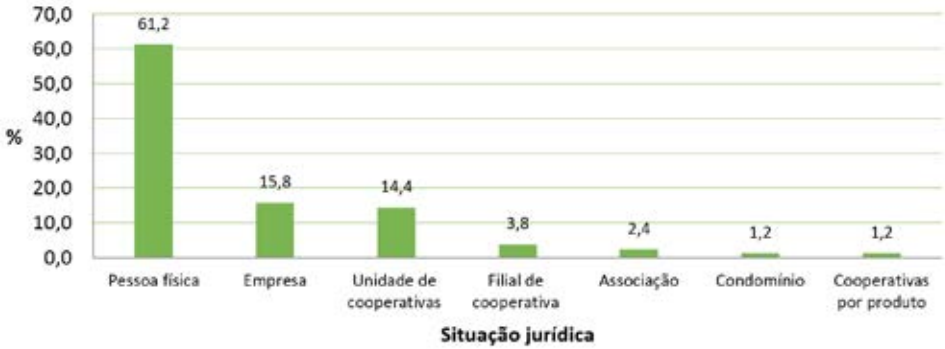

Figura 9. Situação jurídica das agroindústrias familiares que encerraram suas atividades entre 2010 e 2017 – ano de referência 2009 (%)
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2009

3.2 Uso de marcas e rótulos

Em relação ao uso de marcas e rótulos nos produtos comercializados, verificou-se que neste grupo 55,5% das agroindústrias não usavam marcas e 40% não usavam rótulos.

3.3 Controles administrativos

Cerca de 85% dessas agroindústrias declararam que a forma como faziam seus controles administrativos e econômicos, entendidos aqui como fluxo de caixa, receitas, custos, estoques, etc., não atendia às necessidades. Cerca de 28% declararam, ainda, não ter qualquer forma de controle e 57,1% apenas o controle dos principais itens (Figura 10).

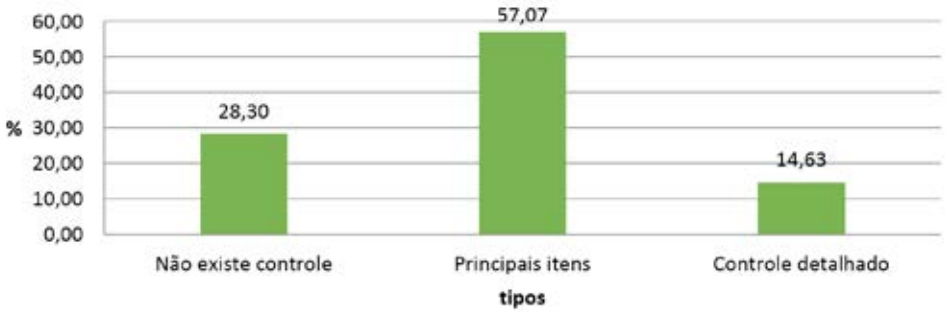

Figura 10. Controles administrativos utilizados pelas agroindústrias familiares que encerraram suas atividades entre 2010 e 2017 – ano de referência: 2009 (%)
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2009

3.4 Cadeia de produtos e legislação sanitária

Ao se considerar a origem dos produtos, aproximadamente 59,8% dos empreendimentos faziam transformação de produtos de origem animal (carnes, leite, ovos e mel) (Figura 11).

As cadeias produtivas de leite, frutas e cana-de-açúcar e seus derivados foram as que apresentaram maior número de empreendimentos fechados.

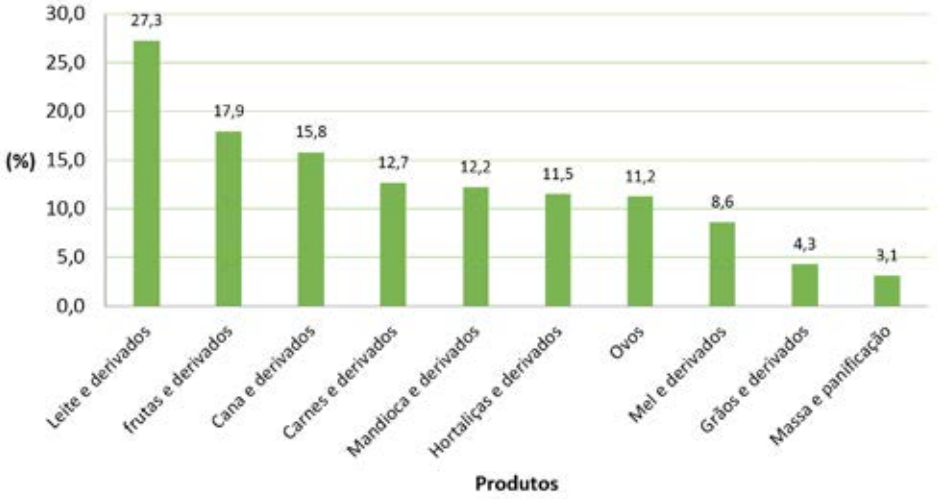

Figura 11. Produtos das agroindústrias familiares que encerraram suas atividades entre 2010 e 2017 – ano de referência: 2009 (%)
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2009

Das 231 agroindústrias que comercializavam produtos de origem animal e que foram fechadas, 41,6% não possuíam qualquer tipo de inspeção, o que pode ter sido um entrave na manutenção das suas atividades. No entanto, 45,5% possuíam o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, e estavam, portanto, em conformidade com a legislação sanitária para venda de produtos no município. Estes dados permitem levantar a hipótese de que a restrição de seus mercados somente ao município pode ter contribuído para o encerramento das atividades de parte dessas agroindústrias (Figura 12).

Figura 12. Agroindústrias familiares que encerraram suas atividades entre 2010 e 2017 segundo inspeção sanitária animal – Ano de referência: 2009 (%)
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2009

Quanto aos produtos de origem vegetal, constatou-se que 55,8% das agroindústrias não possuíam qualquer registro ou inspeção vegetal, e que cerca de 37,5% tinham vigilância sanitária (Figura 13).

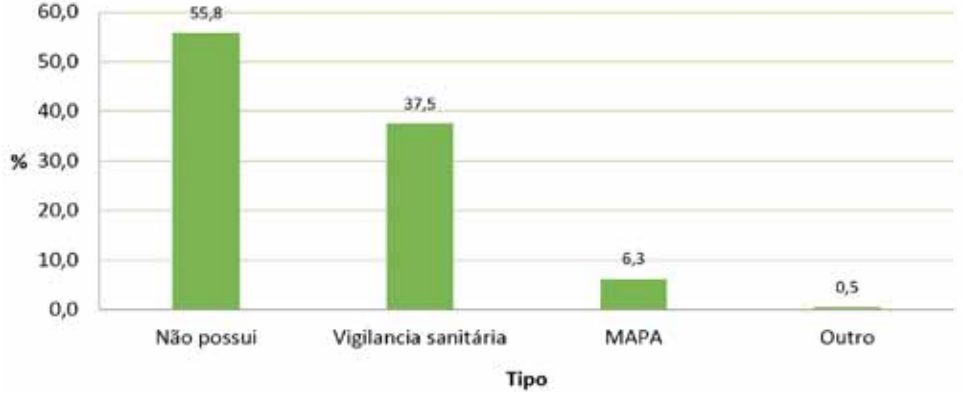

Figura 13. Agroindústrias familiares que encerraram suas atividades entre 2010 e 2017, segundo registro/inspeção de produtos de origem animal – Ano de referência: 2009 (%)
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2009

Na pesquisa de 2009 foram levantadas as razões pelas quais esses empreendimentos não possuíam inspeção, vigilância ou registro de produto. Dificuldades burocráticas, custo elevado e instalações inadequadas foram os principais motivos apontados pelos proprietários.

3.5 Tipo de clientes

O mercado alcançado por estes empreendimentos é constituído por cadeias locais, caracterizadas pela proximidade geográfica entre produtores e consumidores. O levantamento identificou que 80,9% das agroindústrias comercializava diretamente ao consumidor, 43,5% em pequenos mercados e 28% em supermercados (Figura 14).

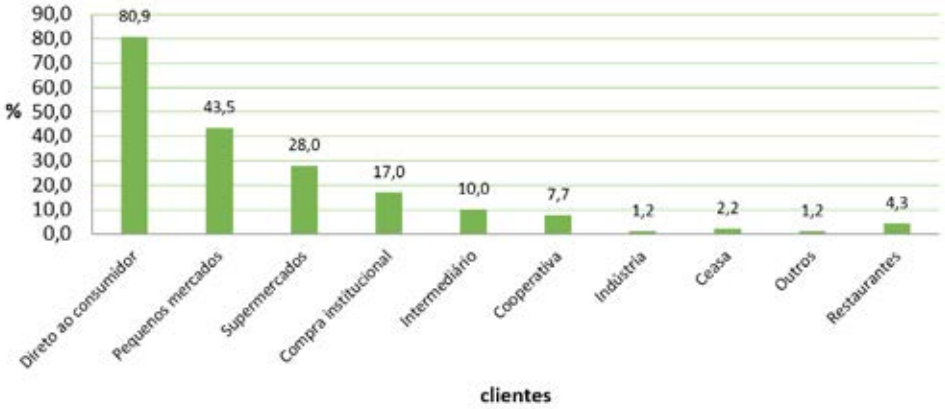

Figura 14. Agroindústrias que encerraram suas atividades entre 2010 e 2017 segundo tipo de cliente – Ano de referência: 2009 (%)
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2009

Cerca de 69% do valor bruto comercializado pelas agroindústrias deste grupo era oriundo de vendas para o município e regiões circunjacentes (Figura 15).

Pode-se assumir que o encerramento das atividades destas agroindústrias está relacionado à decisão da família rural a partir da análise da situação do empreendimento, da dinâmica familiar, do contexto socioeconômico, entre outros. Contudo, alguns dos aspectos elencados podem ajudar a entender os demais fatores que condicionaram a decisão familiar. Entre eles, pode-se destacar a atuação destes empreendimentos na cadeia de produção animal, os quais vêm crescentemente sendo pressionados a ter registro nos serviços de inspeção sanitária e sua formalização. Estas duas exigências de legalização podem estar associadas à necessidade de maiores escalas de produção e processamento para viabilizar economicamente o empreendimento, o que pode se tornar um entrave para os empreendimentos menores.

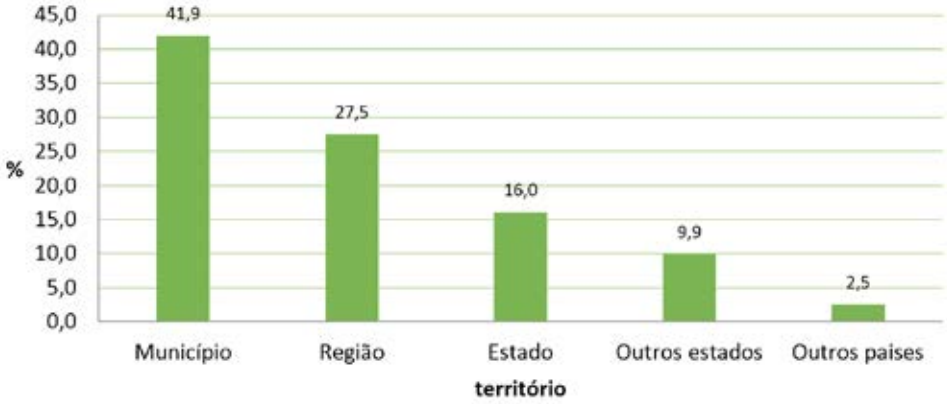

Figura 15. Percentual de valor bruto comercializado pelas agroindústrias familiares que encerraram suas atividades entre 2010 e 2017, segundo o alcance territorial de venda – Ano de referência: 2009
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2009

4 Grupo 3: Agroindústrias familiares novas que foram pesquisadas no levantamento realizado em 2017

O terceiro grupo é composto por 578 empreendimentos que iniciaram suas atividades após 2009 e estavam ativos em 2016.

O objetivo da análise deste grupo foi delinear o perfil destas novas agroindústrias e verificar em que medida elas diferem das que se mantiveram ativas entre os dois períodos analisados, ou mesmo daquelas que encerraram suas atividades antes de 2016. As informações utilizadas, com base nos dados de 2016, foram cadeias de produtos, situação jurídica, localização, serviço de inspeção de produtos de origem animal e registro e vigilância sanitária de produtos de origem vegetal, o perfil dos proprietários e os controles administrativos.

4.1 Situação jurídica

Cerca de 42% dos empreendimentos novos se declararam pessoa física, indicando que a informalidade ainda era expressiva. Destaca-se, também, a existência de 14% de empreendimentos na modalidade Microempreendedor Individual - MEI, que vem ganhando força no quesito legalização jurídica (Figura 16). Acrescenta-se que a não formalização inicial dos empreendimentos pode ser vista como uma estratégia dos agricultores familiares, que julgam adequado experimentar o novo negócio antes de fazer altos investimentos necessários para a sua legalização. Se o empreendimento tiver os resultados positivos esperados, a família decidirá o melhor momento de formalização. A atuação no mercado informal tem, naturalmente, limitações que podem inviabilizar o próprio empreendimento.

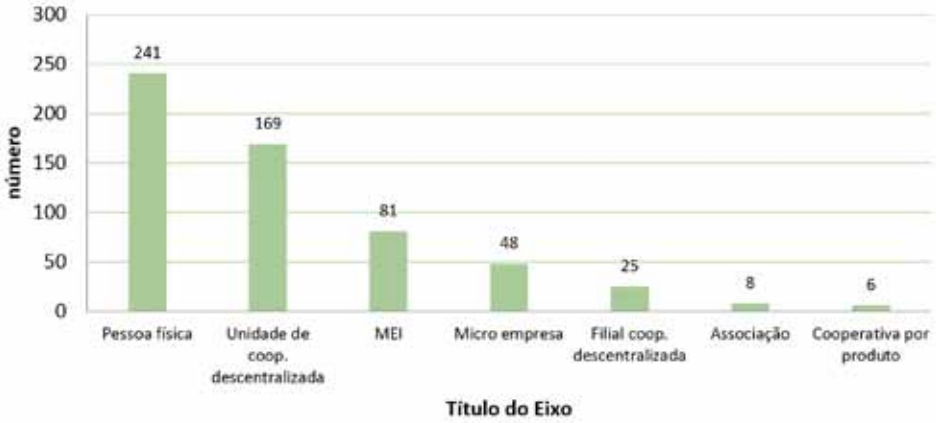

Figura 16. Número de agroindústrias familiares que iniciaram atividades entre 2010 e 2016, segundo a situação jurídica
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2016

Ao se analisar a situação jurídica das novas agroindústrias, segundo as Unidades de Gestão Técnica (UGT) da Epagri, a UGT2 (localizada no Meio-Oeste), chama a atenção por apresentar uma proporção de apenas 6,8% de empreendimentos sem formalização (pessoa física) em comparação às outras regiões. Também apresenta somente 4,7% dos empreendimentos que transformam matéria-prima de origem animal sem serviço de inspeção, (possivelmente decorrente da legalização das unidades através das cooperativas descentralizadas, visto que esta região foi a que apresentou maior número de novas unidades neste formato (Tabela 3). Deve ter contribuído com esta situação o fato de que foi nesta região que a inovação organizacional denominada "cooperativa descentralizada" foi concebida e consolidada (ESTEVAM & MIOR, 2014).

Tabela 3. Situação jurídica das agroindústrias familiares que iniciaram atividades entre 2010 e 2016, segundo as Unidades de Gestão Técnica da Epagri (UGTs) – 2016

UGT	Associação	Filial coop. descentralizada	MEI	Micro empresa	Pessoa física	Unidade de coop. descentralizada	Cooperativa por produto	Total
UGT 1	1	5	8	4	27	25	.	70
UGT 2	.	8	6	5	5	49	1	74
UGT 3	3	.	6	.	30	.	.	39
UGT 4	.	.	8	4	22	2	.	36
UGT 5	2	1	6	4	12	24	.	49
UGT 6	1	1	7	6	36	2	1	54
UGT 7	.	.	13	4	40	5	.	62
UGT 8	.	1	11	11	30	44	.	97
UGT 9	.	7	14	6	26	14	2	69
UGT 10	1	2	2	4	13	4	2	28
Total	**8**	**25**	**81**	**48**	**241**	**169**	**6**	**578**

Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2016

4.2 Cadeias produtivas e legalização sanitária

As mudanças no contexto de atuação das agroindústrias familiares relacionadas com a maior visibilidade na sociedade, no aprofundamento da pressão por inspeção sanitária, registro e formalização e mercados mais exigentes se constituíram em

condicionantes importantes na dinâmica das agroindústrias familiares.

Massa e panificação, aipim e derivados e frutas e derivados foram as cadeias que tiveram maior número de novos empreendimentos no período. Juntas, elas representam cerca de 69%. Esta expansão de agroindústrias de produtos de origem vegetal está associada, também, com o maior protagonismo das mulheres, que se manifesta, sobretudo, pelo crescimento da agroindústria de massas e panificados. Enquanto isto, dos 578 empreendimentos deste grupo de novas agroindústrias, apenas cerca de 28% transformam produtos de origem animal (Figura 17).

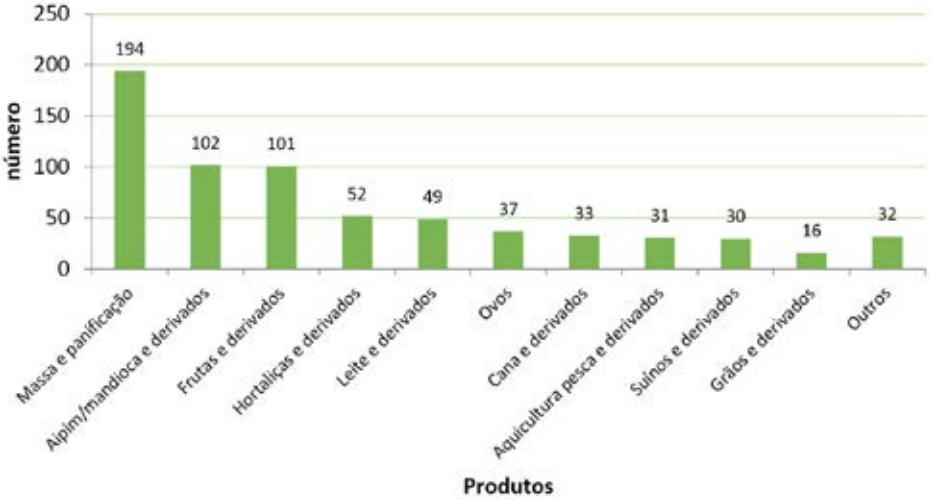

Figura 17. Número de agroindústrias familiares que iniciaram atividades entre 2010 e 2016, segundo o tipo de produto – 2016
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2016

Quanto ao acesso ao serviço de inspeção sanitária nos empreendimentos que transformam produtos de origem animal, observou-se que pouco mais da metade (56,2%) possui o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), 11,2% possuem o Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e apenas 0,6% possuem o Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA). No entanto, chama a atenção o percentual ainda expressivo (32%) de empreendimentos que não possuem qualquer serviço de inspeção (Figura 18).

Figura 18. Agroindústrias familiares que iniciaram atividades entre 2010 e 2016, segundo o serviço de inspeção – 2016 (%)
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2016

Para os produtos de origem vegetal, verificou-se que 26,7% ainda não possuem alvará da vigilância sanitária ou registro de produto (Figura 19).

Figura 19. Agroindústrias familiares que iniciaram suas atividades entre 2010 e 2016, segundo registro de produto/vigilância sanitária – 2016 (%)
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2016

4.3 Perfil dos proprietários

A participação das mulheres como proprietárias/sócias das agroindústrias tem aumentado. Considerando todos os empreendimentos pesquisados em 2009, essa participação era de 30,8%, enquanto no grupo das agroindústrias criadas a partir de 2010 as mulheres representavam 43,9% dos proprietários/sócios. Isto pode estar relacionado com os principais tipos de produtos produzidos por esse grupo, que foram massa e panificação, aipim (principalmente os cortados e congelados para consumo) e a

transformação de frutas em doces e geleias, que tem uma propensão maior de utilização de mão de obra feminina.

Quanto à idade, verificou-se que 23% dos empreendimentos têm como proprietários pessoas com menos de 34 anos e 51,8% tem de 35 a 54 anos (Figura 20).

Figura 20. Idade dos proprietários das agroindústrias familiares que iniciaram atividade entre 2010 e 2016, por estrato de idade – 2016 (%)
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2016

4.4 Controles administrativos

Verificou-se que a gestão dos empreendimentos, entendida aqui como fluxo de caixa, receitas, custos, estoques, etc., carece de maior atenção nestas atividades. Apenas 27,2% declararam ter um acompanhamento mais detalhado e/ou documentado, 59,3% ainda fazem somente o controle dos principais itens, e 18,2% não fazem nenhum controle (Figura 21).

4.5 Mão de obra

Os empreendimentos novos têm 1.891 pessoas ocupadas, representando 36,9% do total da mão de obra empregada nas agroindústrias pesquisadas no Estado. Destas, 1.565 são pessoas da família do proprietário, cerca de 83% (Figura 22).

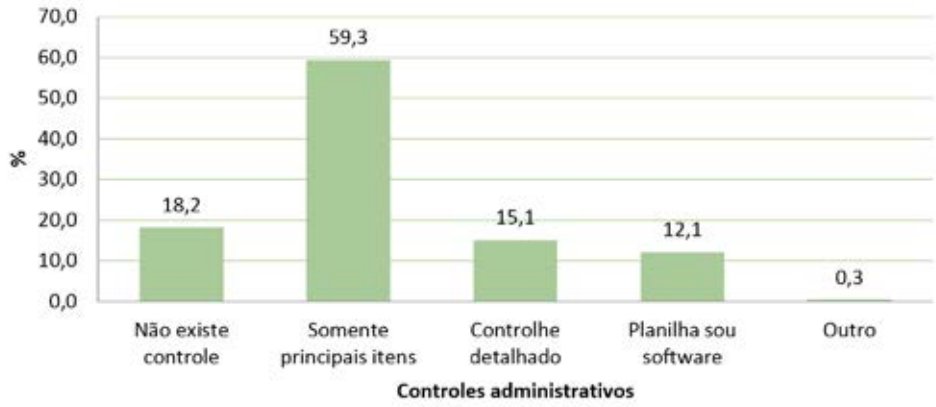

Figura 21. Agroindústrias familiares que iniciaram atividades entre 2010 e 2016, segundo os controles administrativos – 2016 (%)
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2016

Figura 22. Mão de obra utilizada nas agroindústrias familiares que iniciaram atividades entre 2010 e 201, segundo o tipo – 2016 (%)
Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2016

4.6 Recursos financeiros

Nas novas agroindústrias, observou-se que 60,8% dos recursos investidos foram de capital próprio ou de empréstimo de bancos privados. A segunda fonte de recursos mais utilizada foi o Pronaf, com 28,3%. O Programa Santa Catarina Rural e o Banco Nacional do Desenvolvimento − BNDES vêm a seguir, com 5,2% e 2,2%, respectivamente. Ao se considerar recursos ligados a políticas públicas, sejam de origem municipal, estadual ou federal, observa-se que representam 44,4% do total investido no setor (Tabela 4).

Tabela 4. Valor investido pelo total de empreendimentos pesquisados e pelo grupo de empreendimentos novos, segundo a fonte de recursos – 2016

Fonte de recursos	Total investido pelos empreendimentos pesquisados (R$)	Total investido pelos empreendimentos novos (R$)
Capital próprio	86.437.297,49	39.418.515,80
Bancos privados	7.083.900,00	2.313.200,00
SC Rural	11.738.351,61	3.562.263,64
Pronaf investimento	31.451.067,34	16.051.789,97
Pronaf outros	10.806.942,24	3.351.007,82
Fundo de desenvolvimento rural	1.901.523,04	1.149.606,04
Não reembolsável	1.202.765,75	1.056.965,75
BNDES	3.400.200,00	1.538.200,00
Outro	741.243,00	197.543,00
Total	**154.763.290,47**	**68.639.092,02**

Fonte: Levantamento dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar de Santa Catarina, 2016

5 Conclusões e considerações finais

As análises possíveis, a partir dos levantamentos de agroindústrias familiares realizados em 2010 e 2017, permitiram constatar que a agricultura familiar continua apostando na estratégia de agregação de valor para ampliar sua renda e viabilizar sua permanência na atividade agrícola e no meio rural. O protagonismo da agricultura familiar fica evidenciado no dinamismo observado nas agroindústrias familiares que permaneceram e, sobretudo, na constituição de novos empreendimentos a partir de 2010. Neste último grupo desponta a crescente presença das mulheres como proprietárias de empreendimentos de agregação de valor, sobretudo de processamento de produtos de origem vegetal.

Por outro lado, um grupo de agroindústrias encerrou as atividades nos períodos considerados, o que sugere a existência de entraves que foram julgados intransponíveis pelos agricultores familiares e, portanto, impeditivos para a sua consolidação. Contudo, segundo dados da "Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo de 2017", do IBGE, –, parte das agroindústrias que encerraram suas atividades está relacionada com o ciclo de vida de empreendimentos novos. Uma pesquisa mais aprofundada poderia identificar o quanto poderia ser explicado pelo contexto socioeconômico mais amplo (legislação, inspeção, mercado, etc.) e o quanto pelo contexto familiar específico.

Assim, o que se pode observar, de forma geral, é que o grupo de empreendimentos que encerrou suas atividades entre 2009 e 2016 tinha características um pouco diferentes daquelas que permaneceram. Dos 418 empreendimentos analisados que encerraram suas atividades, 58% tinham menos de 5 anos de existência. Cerca de 61,2% se declararam, em 2009, como pessoas físicas, demonstrando um expressivo grau de informalidade. Dos empreendimentos que transformavam produtos de origem animal, 41,6% não possuíam qualquer serviço de inspeção e 55,8% dos que transformavam produtos vegetais não possuíam registro de produtos ou alvará da vigilância sanitária.

No grupo dos empreendimentos que mantiveram suas atividades, o nível de informalidade era de cerca de 50%. Entre os empreendimentos de transformação de produtos de origem animal, 18% não possuíam serviço de inspeção e daqueles que transformavam produtos de origem vegetal 39% não possuíam registro de produto ou alvará da vigilância sanitária. O mercado dos empreendimentos que encerraram suas atividades também se mostrou mais restrito. Em ambos os grupos, em 2009, a grande maioria dos empreendimentos vendia para o consumidor final, mas o grupo de empreendimentos que encerrou as atividades tinha menor proporção de empreendimentos que vendiam a outros mercados, como os pequenos mercados, os supermercados e mercados institucionais.

O grupo dos empreendimentos que se manteve em atividade entre 2009 e 2016 apresentou uma situação de maior conformidade com as legislações sanitárias e jurídicas, maior diversificação de mercado e um nível menos insatisfatório de gestão.

Os empreendimentos novos (criados entre 2009 e 2016) apresentaram algumas características relacionadas a estes aspectos, que podem indicar possíveis correções e subsidiar o fortalecimento e a criação de novas políticas públicas, para que se mantenham e cumpram seu papel de agregar valor, aumentar a renda das famílias rurais e dinamizar a economia rural. Parte considerável da consolidação das agroindústrias existentes em 2009 e ainda operando em 2016, e das novas constituídas a partir de 2010, pode ser explicada pela maior participação de agroindústrias de produtos de origem vegetal, que são menos suscetíveis às exigências de regulação para inspeção e formalização.

Por fim, a análise realizada permitiu evidenciar a importância das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento dos empreendimentos. Crédito, assistência técnica e capacitação foram e continuam sendo estratégicos para a constituição, evolução e consolidação de empreendimentos de agregação de valor. Contudo, a análise também sugere a necessidade de ampliar as políticas públicas de regulação e de apoio a estes pequenos empreendimentos. Entre outros, sugere-se ampliar o esforço público na disponibilização dos serviços de inspeção sanitária, no acesso aos mercados, sobretudo os institucionais, e na regularização e formalização dos empreendimentos. Neste último aspecto, conforme pontuado no trabalho, cabe destacar a importância das pequenas cooperativas da agricultura familiar na formalização das agroindústrias, o que sugere a necessidade de formular e implementar políticas públicas para apoiá-las.

Referências

MARCONDES, T.; MIOR, L.C.; REITER, J.M.W.; MONDARDO, M. **Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012, 36p. (Epagri. Documentos, 238).

ESTEVAM, D.O & MIOR, L.C. Orgs. **Inovações na agricultura familiar:** As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis, Editora Insular, 2014. 295 p.

REITER, J. M. W.; MONDARDO, M.;FERRARRI, D. L.;MIOR, L. C.;MARCONDES,T. **Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarin**a 2016. Florianópolis, Epagri, 2019, 76p. (Epagri, Documentos,289)

IBGE. **Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo 2017.** Rio de Janeiro, 2019. Em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101671.pdf. Acesso em 04 abr 2020.

www.epagri.sc.gov.br

www.youtube.com/epagritv

www.facebook.com/epagri

www.twitter.com/epagrioficial

www.instagram.com/epagri

http://publicacoes.epagri.sc.gov.br